

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 750 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 1998

Comissão estuda novas regras para elaboração do Orçamento

Entre as mudanças em exame na CAE, que aprecia substitutivo do senador João Rocha, está a exigência de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias determine os limites de recursos utilizados pelos três Poderes



A CAE reúne-se hoje, às 10h, para apreciar, entre outras matérias, propostas que tratam da habitação popular

Mudanças na legislação que regulamenta os orçamentos da União, dos estados e municípios estão na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem reunião marcada para hoje às 10h. Entre as inovações está a exigência de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determine os limites de recursos que serão utilizados pelos três Poderes. Tais limites deve-

rão ser considerados pelo Poder Executivo na elaboração da Lei Orçamentária Anual. Outra mudança proposta pelo senador João Rocha (PFL-TO), em substitutivo a três projetos que tramitam em conjunto, "diminui o grau de arbítrio do Poder Executivo na escolha dos créditos que deixarão de ser executados".

PÁGINA 3

CCJ

Propaganda de sexo pode ser proibida

Projeto que proíbe propaganda de disquete nos veículos de comunicação é uma das 51 propostas que contam da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se reúne amanhã, às 10 horas.

PÁGINA 4

ORÇAMENTO

Limite para emendas deve ficar menor

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização estuda proposta reduzindo os valores das emendas individuais de parlamentares ao Orçamento da União, dos atuais R\$ 1,5 milhão para R\$ 1 milhão por emenda.

PÁGINA 2

ACM elogia resultado das urnas

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), as eleições estaduais de 2º turno serviram para redistribuir o poder entre os vários partidos. "Isso é bom para a democracia e para o país", definiu o presidente do Congresso Nacional.

PÁGINA 4

Governo reúne líderes antes de anunciar medidas

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), anunciou ontem a intenção do Executivo de reunir os líderes partidários antes de enviar ao Congresso o conjunto de medidas econômicas destinadas a promover o ajuste fiscal. O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que o fundamental nas medidas é seguir o preceito de toda dona de casa – não gastar nada além do que se arrecada. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou-se contra o aumento de impostos.

PÁGINA 2

Ajuste Fiscal



Ramez Tebet (PMDB-MS):
"Há muita despesa que pode ser cortada ou evitada."



Lúdio Coelho (PSDB-MS):
"Ninguém pode gastar mais do que aquilo que tem."



Elcio Alvares (PFL-ES):
"O governo começará dando o exemplo."



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 1998

Presidência

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h30 - Presidência deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 112/97, que renova a permissão à Rádio Iguatemi FM Stereo Ltda., em Bebedouro-SP; *PDL nº 113/97, que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel - O.F.M. em Catalão-GO; *PDL nº 121/97, que renova a concessão da Rádio Cultura em Cambará-PR; *PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; e *PLC nº 103/96, que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31/12/73, que permite troca do nome por apelido "público e notório"

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 128/95, que fixa o Programa de Habitação para População de Baixa Renda, tramitando em conjunto com o PLS nº 209/95, que institui o Programa de Geração de Moradia popular e cria o fundo de Incentivo à Construção de Habitações Populares - Fundocasa-BR; *PLS nº 229/95, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem; *PLS nº 292/97, que altera dispositivos da Lei nº 9.533, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas; *Mensagem nº 218/98, que propõe seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da ECT; *Mensagem nº 217/98, sobre operação de crédito externo no até 16,5 milhões de marcos alemães destinada ao financiamento parcial do programa de Saneamento Básico do Piauí; *Mensagem nº 236/98, que encaminha a Programação Monetária para o 4º trimestre de 1998; *Mensagem nº 230/98, sobre a contratação de operação de crédito externo de até US\$ 165 milhões junto ao Bird, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Controle da Aids e das Doenças Sexualmente Transmissíveis - Aids II; *Mensagem nº 212/98, sobre a contratação de operação de crédito externo, no valor de 55 milhões de Unidades Monetárias Europeias, junto ao Banco Europeu de Investimento - BEI, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Construção do Gasoduto Bolívia-Brasil; Ofício "S" nº 76/98, informando que a Caixa Econômica Federal - CEF, solicita autorização para incluir a operação firmada entre o estado do Ceará e aquela instituição, no valor de R\$ 24.000.000,00, ao contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre o estado e a União

15h - Comissão Mista do Orçamento
Pauta: Discussão dos prazos para apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para 1999

Governo reunirá líderes antes de anunciar ajuste

Segundo o senador Elcio Alvares, o objetivo do governo é fazer a população entender a necessidade de se reduzirem os gastos públicos

O governo deve reunir os líderes partidários antes de enviar ao Congresso o conjunto de medidas econômicas destinadas a promover o ajuste fiscal, informou ontem, em entrevista, o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), que não quis confirmar se as medidas são exatamente as anunciadas pelos jornais - aumento da CPME, da contribuição previdenciária e do IOF, entre outras.

O líder governista acredita que o período de disputa eleitoral contribuiu para um relativo entorpecimento da população, deixando-a afastada da realidade da crise econômica. Mas, em sua opinião, a população saberá entender a necessidade de contenção de gastos. Ele disse que o Executivo não se limitará a cobrar o corte de despesas. "O governo começará dando o exemplo", anunciou Elcio.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-



Elcio diz que, mais do que cobrar cortes de despesas, o governo federal "começará dando o exemplo"



Para Lúdio Coelho, combate ao déficit público deve envolver prefeituras, governos estaduais, tribunais e assembleias

MS), por sua vez, afirmou que o fundamental nesse conjunto de medidas para alcançar o superávit no setor público é seguir o preceito de toda dona de casa - não gastar nada além do que se arrecada. "Ninguém pode gastar mais

do que aquilo que tem. Governos, prefeituras, assembleias, tribunais - todos precisam ter o entendimento desse processo", disse Lúdio. Ele comentou que é esse o procedimento que adota em sua economia doméstica.

Austeridade reduzirá emendas de parlamentares ao Orçamento

O aumento das despesas com a rolagem da dívida pública e as restrições nos gastos que deverão integrar a nova mensagem presidencial a ser enviada pelo Executivo ao Congresso, juntamente com a revisão do Orçamento Geral da União, implicarão uma redução dos valores das emendas individuais dos parlamentares. Segundo proposta que está sendo estudada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cada parlamentar poderá realocar cerca de R\$ 1 milhão, ao invés do atual R\$ 1,5 milhão.

De acordo com estudos das consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara, no Orçamento

para 1998 e nos dois anos anteriores, o Congresso pôde remanejar recursos no valor de R\$ 4,4 bilhões, incluídas nesse montante as emendas individuais, de bancada, de região, de comissão e do relator-geral. Para o Orçamento de 1999, as lideranças partidárias já chegaram a um consenso pela eliminação das emendas regionais e de bancada.

Convocadas pelo presidente da comissão, deputado Lael Varela (PFL-MG), as lideranças dos partidos reúnem-se novamente hoje, às 15 horas, para retomar as discussões sobre os prazos de tramitação da proposta orçamentária para 1999. Os representantes da oposição não concordam com a propos-

ta de eliminar também as emendas de comissão e de agregar as fases das relatorias setoriais à da relatoria geral mediante a formação de um colegiado em que os relatores setoriais atuariam como adjuntos do relator-geral.

Mesmo sem a definição final do cronograma de tramitação, há um consenso entre as lideranças de fazer o máximo de esforço para que o prazo constitucional - 15 de dezembro - seja cumprido pelo Legislativo. A mensagem com a revisão do Orçamento para 1999 deverá ser enviada no próximo dia 3 ao Congresso, conforme anunciada pelo ministro do Planejamento e do Orçamento, Paulo Paiva.

Ramez Tebet é contra o aumento de impostos

"O governo não pode equilibrar as contas públicas com medidas que sacrifiquem a população, como a criação de uma contribuição previdenciária dos aposentados. Isto seria um absurdo", disse ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), reconhecendo que a grave situação do país exige providências imediatas.

Para Tebet, o governo deve optar pelo corte de despesas. "Há muita despesa que pode ser cortada ou evitada. Sou relator do Orçamento e conheço o assunto. Além disso, o governo poderia enviar ao Congresso uma reforma tributária de emergência que certamente encontraria a boa vontade dos parlamentares. Todos estão preocupados com a perda de reservas e outras dificuldades de caixa que o governo está enfrentando", argumenta.

O senador por Mato Grosso do Sul entende que é necessário analisar em conjunto as medidas do governo. "Até agora somente conhecemos boatos. Acredito que os senadores irão colaborar com o governo, mas é preciso cautela e diálogo para obtermos um bom resultado geral. Essa idéia de aumentar de 20% para 30% ou 40% a parcela retida no Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) é desastrosa. Representará a falência dos estados e municípios", afirmou.

Tebet acredita ser possível aprovar o aumento de alíquota da CPME, mas ressaltou: "É verdade que nos preocupa essa tendência de transformar impostos provisórios em permanentes. Já impostos sobre viagens ao exterior seriam uma boa alternativa, pois a parcela mais carente da população não seria afetada".



Ramez Tebet

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE examina mudanças nas normas orçamentárias

Substituto do senador João Rocha exige definição, na LDO, dos limites de recursos para os três Poderes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje substitutivo apresentado pelo senador João Rocha (PFL-TO) a projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) prevendo várias mudanças na legislação que regulamenta os orçamentos da União, estados e municípios. Entre as inovações, destaca-se a exigência de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias determine os limites de recursos que serão utilizados pelos três Poderes. Tal limite terá que ser considerado pelo Poder Executivo na elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Outra alteração importante contida no substitutivo é a introdução da "anulação de créditos orçamentários". Com esse instrumento, diz João Rocha, "diminuí o grau de arbítrio do Poder Executivo na escolha dos créditos que deixarão de ser executados".

É que o Legislativo irá autorizar – ou não – as retificações propostas pelo Executivo. Além disso, a proposta estabelece que se o presidente da República, governadores e prefeitos quiserem a abertura de

João Rocha quer regras mais claras para os orçamentos públicos



créditos adicionais terão que encaminhar suas propostas com informações que justifiquem o pedido.

LEI ORÇAMENTÁRIA

O substitutivo determina, ainda, que o Poder Executivo apresente uma Lei Orçamentária Anual discriminada em três componentes: orçamento fiscal, de investimento das empresas estatais e da seguridade social.

A proposta cria também uma classificação minuciosa das contas orçamentárias, mas mantém uma margem de flexibilização do que pode ser alterado por estados e municípios, no aspecto da denominação das contas.

Tramitam em conjunto com

essa matéria projetos de lei de iniciativa dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Flaviano Melo (PMDB-AC) e Renan Calheiros (PMDB-AL), atual ministro da Justiça.

O projeto de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães fixa o dia 1º de agosto anterior ao exercício financeiro como o prazo final para a entrega do Projeto do Plano Plurianual e o Projeto de Lei Orçamentária da União.

Com a mudança, o Congresso Nacional terá "condições de analisar tais projetos de forma adequada", diz Antonio Carlos na justificativa da matéria.

Habitação popular também entra na pauta

Além da proposta que modifica as normas para a elaboração dos orçamentos e balanços da União, estados, Distrito Federal e municípios, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje extensa pauta, incluindo projetos sobre habitação popular e irrigação. Tramitam em conjunto proposta do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), criando o Programa de Habitações Populares de Baixa Renda, e projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que institui o Fundo de Incentivo à Construção de Habitações Populares.

Pelo projeto de Valadares, a aquisição de casas populares se daria através de apoio financeiro, composto de dotações orçamentárias, contribuições de empresas, subsídios e incentivos fiscais. Segundo o texto do projeto, "as empresas de todo o país contribuirão com 2% do faturamento bruto ou 5% do lucro

bruto – o que for maior – para as operações ativas do programa".

– As políticas públicas no setor de habitação comprovam a incapacidade do governo de suprir o déficit habitacional – justifica o senador sergipano.

Já o projeto de Pedro Simon institui o Fundo de Incentivo à Construção de Habitações Populares,

Dois projetos oferecem alternativas para o problema da moradia da população de baixa renda

destinado à redução dos encargos de empréstimos para a construção de conjuntos habitacionais. O relator, senador Esperidião Amin (PPB-SC), sugere a rejeição do projeto, por identificar vícios de in-

constitucionalidade, e a aprovação do projeto de Valadares, na forma de substitutivo.

– O projeto do senador Valadares necessita de alterações em sua forma e, em alguns casos, em seu conteúdo. Todavia, resguardando seus fundamentos. A idéia central do projeto reveste-se de originali-

Senado homenageia Vilson Kleinübing

O Senado homenageia na sessão de hoje o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), falecido na semana passada. A sessão deliberativa de amanhã está com sua Ordem do Dia mantida, quando os senadores deverão votar, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita os gastos das câmaras de vereadores de todo o país.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, poderá marcar para amanhã a votação de projeto que permite a troca de nomes de pessoas por seus apelidos



Vilson Kleinübing

★ 1944
† 1998

"públicos e notórios". O projeto consta da Ordem do Dia de hoje mas, devido às homenagens a Vilson Kleinübing, a votação pode ser adiada.

Inpe é "orgulho nacional", afirma Lúcio Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou o 37º aniversário do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), elogiando a administração do diretor da entidade, Márcio Nogueira Barbosa. "Sob o abrigo do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Inpe guarda uma autonomia que lhe confere brilhantismo e competência invejáveis", disse.

Alcântara traçou um breve histórico do Inpe, criado em 1961 pelo então presidente Jânio Quadros, com a denominação de Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades. Os objetivos eram a formação de pessoal de alto nível e o desenvolvimento de atividades na área de astronomia ótica e comunicação por satélite. Dez anos depois, no regime militar, o órgão passou a se chamar Instituto de Pesquisa Espacial e foi rebatizado com o nome atual em 1990, informou o senador.

O Inpe localiza-se em São José dos Campos (SP), tem orçamento anual de cerca de R\$ 57 milhões e aproximadamente 1.300 funcionários, segundo dados apresentados pelo senador. As atividades do instituto são divididas em quatro áreas: desenvolvimento de pesquisa espacial, produção de tecnologia, função acadêmica e pesquisa meteorológica.

O senador destacou entre os marcos do Inpe o lançamento em órbita do primeiro satélite artificial brasileiro, o SCD-1, em fevereiro de 1993.

– Foi graças às sucessivas inves-



Lúcio Alcântara destaca competência tecnológica da instituição

tigações meteorológicas do Inpe que o governo brasileiro se inteirou com antecedência dos efeitos perversos do *El Niño* sobre nosso território – comentou.

Alcântara afirmou que, além de orgulho nacional, o instituto é internacionalmente reconhecido como organização de rara competência tecnológica e acadêmica na pesquisa espacial. Esse reconhecimento resulta, por exemplo, no convite para que o Brasil participe, junto a outros 15 países, da construção da Estação Espacial Internacional, num projeto de US\$ 14 bilhões, exemplificou o senador.

Entre os planos do instituto para o futuro, Alcântara relatou a construção, a médio prazo, de mais seis satélites de pequeno porte, além de lançadores de satélites e novas bases de lançamento no Brasil. O senador acrescentou que o Inpe elegerá a Amazônia como ponto central de suas pesquisas, atento aos problemas do meio ambiente.

ACM vê poder mais bem dividido entre os partidos

“Isto é bom para a democracia e para o país”, disse o presidente do Senado ao avaliar os resultados do pleito de domingo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que, com o resultado das urnas no segundo turno das eleições estaduais, o poder está mais bem dividido entre os partidos políticos. “Isso é bom para a democracia e para o país”, disse ele ontem, ao chegar ao Congresso Nacional. Antonio Carlos não acredita que tenha havido uma vitória da oposição.

Para o presidente do Senado, em São Paulo a frente “antimalufista” foi auxiliada “por toda a imprensa e por certos erros dos institutos de pesquisa”. O pior deles, na opinião de Antonio Carlos, foi o do Ibope, que na última quarta-feira dispunha de uma pesquisa em que o candidato do PPB, Paulo Maluf, tinha seis pontos de vantagem em relação ao candidato do PSDB, Mário Covas, e não a publicou.

– O instituto não divulgou a pesquisa depois de tê-la registrado no Tribunal Regional Eleitoral. Isso não é correto – disse Antonio Carlos, para quem os erros das pesquisas de opinião no segundo turno foram flagrantes.

Apesar da derrota de Maluf, o presidente do Senado considera que a aliança do PFL com o candidato do PPB foi vantajosa. Segundo Antonio Carlos, um candidato que tem oito milhões de votos em São Paulo é um bom aliado.

– Tínhamos dois deputados federais em São Paulo, agora temos oito – afirmou.

Sobre a formação de um bloco



Senador abrirá congresso do Ministério Público

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, aceitou ontem presidir a instalação do 10º Congresso Interamericano do Ministério Público, que discutirá a integração no combate ao crime transnacional organizado. A cerimônia está marcada para o dia 24 de novembro, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal.

integrado pelo PFL, PPB e PTB, Antonio Carlos entende que a união de forças pode ser útil, mas observou que quem trata desse assunto é o presidente do PFL, o senador eleito Jorge Bornhausen (SC).

AJUSTE FISCAL

Antonio Carlos acredita que a dificuldade para aprovar o ajuste fiscal é maior depois do resultado das urnas no segundo turno, em que muitos aliados do governo foram derrotados.

– As pessoas sofridas com a derrota são mais difíceis de convencer. Mas nós vamos fazer o possível, levando em conta a necessidade de o Brasil aprovar o seu ajuste fiscal com maior rapidez para que possamos dar interna e externamente demonstrações de

que estamos mudando o modelo econômico – ressaltou.

Para o presidente do Senado, não há possibilidade de adiar mais a votação de medidas de ajuste das contas públicas.

– É inevitável que se aprovelem as medidas agora. Deveria ter sido ontem. Não fizemos ontem, temos que fazê-lo amanhã. O presidente está ouvindo os vários segmentos da sociedade. Nós, do Congresso, também temos de ouvi-los. Afinal de contas, temos o dever, perante a nação, de fazer um ajuste fiscal, mas não de fazer aquilo que o Executivo queira, agindo como um carimbo. Esta Casa tem independência e vai agir mais uma vez com independência – declarou Antonio Carlos Magalhães.

CCJ aprecia projeto que proíbe propaganda de disque-sexo

Projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), incluído na pauta da reunião desta quarta-feira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), proíbe a divulgação, por empresas jornalísticas, dos números de telefone para ligações eróticas. A matéria, que tem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), será apreciada em caráter terminativo e é uma das 51 que constam da pauta da reunião, prevista para as 10 horas.

A proibição proposta atinge emissores de rádio e televisão, além de ci-

nemas e editoras de jornais e revistas. Na opinião de Patrocínio, os serviços “disque” e “tele” anunciados diariamente pelos meios de comunicação estão invadindo as residências e aliciando as pessoas mais solitárias e influenciáveis. Ele destacou que os mais expostos são justamente os adolescentes, principalmente durante o horário de trabalho dos pais.

O relator, senador Lúcio Alcântara, justificou seu parecer com a afirmação de que os meios de comunicação não têm tido o “cuidado patriótico” com a juventude e a infância brasilei-

ras. “A imprensa tem preferido pensar nos lucros que pode auferir com sua vulnerabilidade a tais anúncios e veiculações”, concluiu.

A comissão deve apreciar também projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa um prazo de 60 dias, após a entrega da respectiva declaração, para a restituição do imposto de renda descontado na fonte ou pago, a título de antecipação, em montante superior ao devido. O projeto, de caráter não terminativo, tem parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Munhoz critica impostos na TV

O professor de economia Dércio Munhoz, da Universidade de Brasília, acredita que o aumento de impostos prometido pelo governo é ineficiente para aumentar a arrecadação. Dércio Munhoz é o entrevistado do programa *Agenda Econômica*, que a TV Senado apresenta nesta quarta-feira, às 13h30, com reprise às 19h30. Para ele, o que faz a arrecadação crescer é o aumento do número de empresas e salários melhores. Ele responde a perguntas dos jornalistas Helival Rios e Beto Almeida.

Agência amazônica será em Brasília

A primeira organização internacional com sede em Brasília deverá ser uma agência para a cooperação entre os países amazônicos, que já está sendo criada. Esta novidade será levada ao ar na quinta-feira às 13h30, pelo programa *Debate*, da TV Senado. O programa tem como convidados o senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) e o ministro Fernando Jacques, do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores. Sua reprise vai ao ar às 19h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo Dia. Atividade: Remo
7h30 - Especial Unip - Assunto: Insônia
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Assunto: Unibiótica
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Em destaque, o Paraná
9h30 - Entrevista com o senador João Rocha sobre reforma tributária e ajuste fiscal
10h - Comissão de Assuntos Econômicos. Em discussão: projetos de lei que tratam de programas de habitação para a população de baixa renda
12h - Cores do Brasil - Em destaque, o Ceará
12h30 - Entrevista com o senador João Rocha
13h - Cores do Brasil - Em destaque, Serra dos Órgãos
13h30 - Especial/FCM - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista o produtor Paulo César Ferreira. Ele fala da série *Abolição/República* que a TV Senado estreará na próxima segunda-feira (dia 1º)
14h30 - Sessão plenária (ao vivo). Em destaque: Projeto que uniformiza o preço de asfalto dos municípios da Amazônia Legal
18h30 - Entrevista com o senador João Rocha sobre reforma tributária e ajuste fiscal
18h55 - Senado em Pauta
19h00 - Cores do Brasil - Em destaque, Linha Verde da Bahia
19h30 - Especial/FCM - O jornalista Fer-

nando César Mesquita entrevista o produtor da série *Abolição/República*, Paulo César Ferreira
20h30 - Entrevista com o senador João Rocha
21h - Jornal do Senado
21h15 - Espaço Cultural - Apresentando a Orquestra de Indaiatuba.
22h - Plenário (reapresentação)
Logo após o Plenário, assista a entrevista de Fernando César Mesquita com a cantora Fafá de Belém.

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - “A Voz do Brasil”
Em seguida - Música e informação
20h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Nordeste”
Em seguida - Música e informação
21h - “Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida - Música e informação
21h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste”
Em seguida - Música e informação
0h - Reprise da sessão plenária
Em seguida - Música e informação



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7